

INCLUSÃO ESCOLAR E OS CONHECIMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DE PROFESSORES DA REDE REGULAR

Aline Cristina de Souza
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
Campus de São Carlos/São Paulo/ Brasil
alinezenaro@gmail.com

Impulsionados por países desenvolvidos, o Brasil, acerca das três últimas décadas vem ampliando a discussão, elaborando documentos e propondo modificações no que tange ao desenvolvimento da aprendizagem de alunos com deficiência. Surge, a partir de 1990, o movimento de inclusão escolar, o qual tinha por objetivo inserir pessoas com deficiências no sistema de ensino comum. Os resultados se tornaram expressivos, os números de matrículas expressam que o direito à educação deste público foi requerido, se efetivando o processo. Destarte, novos documentos legais foram elaborados com o intuito de tornar mais efetivo, não somente o acesso, mas, também, a qualidade do ensino ofertado a este alunado.

Em 2008, o documento “A Política Nacional na Perspectiva Inclusiva” define o processo inclusivo como um movimento mundial, no qual configura-se como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

Após 2008, muitas políticas públicas foram elaboradas com o intuito de efetivar a inclusão escolar, entretanto, inúmeras são as barreiras existentes, como: a falta de formação inicial e continuada dos docentes para atuar junto a estudantes com deficiência, escassez de recursos humanos e financeiros, adaptação curricular inadequada ou inexistente para a promoção da aprendizagem, minimização de barreiras estruturais e atitudinais, dentre outros.

Atualmente, as matrículas de pessoas com deficiência na rede regular de ensino brasileira têm aumentado consideravelmente, de acordo com dados da Agência Brasil, em 2019, cerca 1,2 milhões de estudantes apresentavam algum diagnóstico no ensino básico, o que demonstra um avanço nas políticas de incentivo associado a inúmeras lutas deste público.

Diante disto, faz-se necessário investigar o conhecimento dos docentes acerca deste processo atual na escola.

Desenvolvimento da Pesquisa

O processo de inclusão escolar de alunos público-alvo da educação especial traz arraigado um discurso docente – e de toda a comunidade escolar – de que o currículo formativo inicial não contemplou este tipo de especificidade educacional – bem como nenhuma outra deficiência, transtorno ou síndrome – ao longo da graduação, não os preparam para atuar junto a este alunado.

Este estudo teve o objetivo de compreender os conhecimentos docentes a respeito do processo inclusivo de alunos público-alvo da educação especial. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevista semiestruturada previamente elaborada por meio de um roteiro baseado em Souza (2018), com 22 perguntas. Para este resumo, utiliza-se somente um recorte desse roteiro.

A amostra foi composta por cinco professores: quatro do sexo feminino e um do sexo masculino; a idade média de 40,5 anos, variando entre 28 e 53 anos; três deles com formação em Pedagogia – um deles também era bacharel em Enfermagem –, um educador especial e um Bacharel em Ciências Sociais. Quatro participantes possuíam pós-graduação *lato sensu* e apenas um *stricto sensu* – mestrado. Inicialmente foi questionado acerca da definição de educação especial e a resposta está descrita no Quadro 1.

Quadro 1. O que é educação especial?

Participantes	Respostas
P1	“Educação Voltada para alunos que possuem alguma deficiência”.
P2	“Uma educação estruturada para atendimento de um público específico”.
P3	“Educação que atende alunos portadores de necessidades especiais”.
P4	“A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”.
P5	“A Educação Especial é uma modalidade de ensino com público específico para atendimento especializado”.

Fonte: Própria autora

Ao analisar o que os educadores entendiam acerca da educação especial, verificou-se que estes participantes possuíam considerações semelhantes, por exemplo: “*Educação voltada para alunos que possuem alguma deficiência*” (P1). Apenas os participantes 4 e 5 indicaram conhecimentos mais específicos relacionados a legislação. A bem da verdade, o documento normativo de Política Nacional da Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, define a educação especial como uma modalidade de ensino que abrange as diferentes etapas e

níveis educacionais, com início na educação infantil atingindo, posteriormente, o ensino superior e a pós-graduação (BRASIL, 2008).

A Educação Especial, atualmente, encontra-se em paralelo ao sistema educacional brasileiro, porém com suas especificidades. Ela se faz presente em todas as etapas da Educação Básica e todas as modalidades de ensino, e mesmo com uma amostra pequena (cinco educadores) foi significativo perceber que somente dois deles sabiam desta perspectiva. A amostra foi questionada também acerca do conceito de inclusão escolar. Conforme quadro abaixo:

Quadro 2. O que é baixa visão?

Participantes	Respostas
P1	“Inserir alunos ao meio escolar independentemente de sua deficiência”.
P2	“Dar a oportunidade de aprendizado para pessoas portadoras de necessidades especiais”.
P3	“Incluir alunos com necessidades especiais tanto no ambiente escolar e criar condições para que o aprendizado possa ocorrer”.
P4	“A inclusão escolar é um paradigma que prevê inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. Ou seja, a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula.”.
P5	“Inclusão é o direito de todos alunos a estudarem, sejam pessoas com deficiência ou não”.

Fonte: Própria autora

Segundo Botega, Moretti e Silveira (2019), a inclusão escolar existe para ampliar o acesso das pessoas com deficiência nas classes comuns e mostrar que as pessoas podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes. Assim, a educação inclusiva alcança todos os níveis de ensino, sendo que essa modalidade de educação é considerada como um conjunto de recursos educacionais e de estratégias de apoio, com diferentes alternativas de atendimento.

Nessa perspectiva, a educação inclusiva é apresentada como um paradigma educacional apoiado na noção de direitos humanos e alinhado à construção de sistemas educacionais inclusivos, nos quais caberiam mudanças substanciais na cultura da escola e na sua estrutura, secularmente estabelecidas, de modo que todos os alunos tivessem suas especificidades atendidas (NEVES, RAHME e FERREIRA, 2019).

Acredita-se que a proposta de educação inclusiva possibilite condições mínimas de acesso ao currículo, promova oportunidades de desenvolvimento pedagógico, com socialização, aprendizagem e desenvolvimento integral do sujeito público-alvo da educação especial (OLIVEIRA et al., 2019). O processo de inclusão escolar compreende uma luta de anos travada acerca da educação de pessoas com deficiência. Após inúmeros documentos legais e

encontros internacionais, o Brasil confirma a sua responsabilidade para com a educação deste público e, assim, insere no país a inclusão escolar.

Considerações Finais

A partir dos resultados, foi possível observar o pouco conhecimento dos docentes entrevistados, aparentemente, sem muito estudo ou conhecimento na área, o que resulta em prejuízos em suas práticas.

Os conceitos investigados representam elementos centrais no processo inclusivo, uma vez que o docente, assim como toda a equipe gestora e de funcionários que atuam na escola, necessitam saber mais acerca da educação especial para dar prosseguimento em seu trabalho. Um exemplo objetivo desta interligação, remete-se ao Plano Educacional Individualizado (PEI), que precisa de saberes do professor a fim de estruturar o plano do aluno com deficiência abarcando suas características referentes ao diagnóstico, potencialidades e limitações, aprendizagem pedagógica e a desenvolvimento integral do sujeito.

O estudo nos leva a compreender, então, que o Brasil ainda se encontra em processo de inclusão escolar, uma vez que promove o acesso, mas não assegura a permanência e a qualidade do ensino para o estudante público-alvo da educação especial, mesmo com os avanços significativos, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Referências

BOTEGA, Anne Gabrielle; MORETTI, Vivian Maggiorini; SILVEIRA, Viviane da Silva. Inclusão escolar – algumas discussões e encaminhamentos sobre o contexto. **Ensaios Pedagógicos**, Sorocaba, v.3, n.1, jan. - abr., p.10-17, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2008.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.44, n.1, p.1-21, 2019.

OLIVEIRA, Elianalva Alves et al. **Educação Especial**. EdUECE, 2019.

SOUZA, Aline Cristina de Souza. **Acessibilidade para deficientes visuais: o que sabem os educadores?** 2018. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso [Licenciatura em Pedagogia] Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.